



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7661 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

Diálogo entre a teoria das representações sociais e as pesquisas sobre gênero e educação no Brasil

Maria Eulina P. de Carvalho - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Luana Vieira Batista - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

Diálogo entre a teoria das representações sociais e as pesquisas sobre gênero e educação no Brasil

Visando dimensionar o interesse de pesquisadoras/es brasileiras/os sobre as teorias de gênero e das representações sociais, este texto apresenta os resultados de um levantamento de trabalhos que focalizam gênero como representação social da perspectiva educacional, apresentados em eventos específicos de representações sociais que disponibilizaram seus anais na internet. A partir do cruzamento de descritores selecionados, evidenciou-se escassez.

Palavras-Chave: Gênero. Representações Sociais. Pesquisa Educacional.

Introdução

Na transição paradigmática que acalorou os movimentos sociais e políticos da década de 1960 surgiram duas grandes teorias que vêm alimentando discussões acadêmicas na busca de entendimento do comportamento social: a teoria das representações sociais e as teorias de gênero.

Conforme Moscovici (1978), as representações sociais são um saber espontâneo, pragmático, forjado a partir das experiências de vida de um grupo social, objetivando conhecer o mundo e sobre ele atuar. Construídas coletivamente, têm força estruturante das relações sociais, já que o conhecimento produzido e compartilhado molda a visão das pessoas e constitui a realidade. A teoria das representações sociais possibilita estudar a relação pensamento-comunicação, a gênese do senso comum e suas operações; procede à leitura das figurações da realidade apreendida, à compreensão dos significados atribuídos a tal realidade, que vão orientar as ações sociais.

Joan Scott (1995) define gênero como uma forma de percepção da diferença entre os sexos e de significação das relações de poder, sobre a qual se constroem relações de desigualdade baseadas em símbolos/representações culturalmente disponíveis, conceitos normativos correlatos, uma concepção de política e uma identidade subjetiva. Como princípio de (di)visão social (BOURDIEU, 1999), o gênero estrutura “a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social”, estabelecendo “distribuições de poder” até se implicar “na concepção e na construção do próprio poder” (SCOTT, 1995, p. 88), construindo o significado da experiência individual e social, e legitimando tanto as políticas e práticas institucionais quanto as crenças individuais.

Este texto mapeia o diálogo entre a teoria das representações sociais e as pesquisas sobre gênero e educação no Brasil por meio da análise dos trabalhos publicados em eventos científicos de representação social. Se gênero é uma representação social que se (re)constrói nas relações sociais e pedagógicas, inclusive em contexto escolar, interessa à educação pensar as representações sociais de gênero e suas implicações.

Gênero e representação social

Em um texto clássico, publicado no Brasil em 1994 e originalmente em 1987, Teresa de Lauretis (1994) aborda o gênero como representação e autorepresentação, produto e processo de tecnologias sociais, de discursos e práticas da vida cotidiana, através das quais os sujeitos são “engendrados”, isto é, constituídos no gênero, “por meio de códigos linguísticos e representações culturais” (p. 208).

Com base em Foucault, em analogia à sexualidade, a autora considera gênero “o conjunto de efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais’ por meio do desdobramento de ‘uma complexa tecnologia política’” (p. 208). Propõe que: gênero é uma representação com implicações concretas; a representação do gênero é a sua construção; essa construção ocorre (e continua ocorrendo) nas instituições sociais e até mesmo no feminismo; dá-se também por meio de sua desconstrução, isto é, por qualquer discurso que veja o gênero como uma representação ideológica falsa, pois ele é tanto o efeito da representação quanto “seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso” para não desestabilizar a representação (p. 209).

Trata-se da “representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente [...] e predicada sobre a oposição ‘conceitual’ e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos”: o chamado sistema sexo-gênero, um sistema simbólico, que classifica os seres humanos em duas categorias complementares e excludentes e “relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias culturais” (LAURETIS, 1994, p. 211); em outras palavras, um aparato semiótico: um sistema de representação que atribui significado, valor, identidade, posição aos indivíduos na hierarquia social. Assim, “a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria do sistema de gênero” estão “sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social”. Nesse contexto, a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação (p. 212).

Da perspectiva da Psicologia Social, interdisciplinar, Angela Arruda publicou, em 2002, um texto sobre “Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero”. Segundo ela, o conceito de representação social, teorizado por Serge Moscovici e Denise Jodelet na psicologia social, tem múltiplas raízes disciplinares (sociologia, antropologia, história das mentalidades), atravessa as ciências humanas e alcança outros campos, como saúde e meio ambiente. Acrescentamos que é de interesse da educação, pois enfoca como indivíduos e grupos constroem seu conhecimento sobre a realidade social/cultural e sobre si mesmos.

Para essa teoria, o sujeito do conhecimento é ativo e criativo e as representações sociais, mediadas pela comunicação, são uma tradução da realidade, tão dinâmicas e instáveis quanto ela. Assim, as representações sociais interpretam e constroem a realidade, são comunicação e ação. A construção desse saber prático compartilhado, segundo Moscovici, se dá através dos processos de objetivação e ancoragem. Através da objetivação são selecionados, recortados e descontextualizados elementos de experiências, informações e saberes prévios, enxugando-se o excesso de informação e recompondo-se os fragmentos num esquema que se torna o núcleo figurativo/imagético da representação, naturalizando assim o objeto antes misterioso. Através da ancoragem se dá sentido ao novo objeto, instrumentalizando-o, ou seja, convertendo-o em esquema de leitura do mundo, enraizando o conhecimento no social e no repertório do sujeito, ancorando assim o não-familiar. Assim, a representação social opera a transformação do sujeito e do objeto e não implica conservadorismo: “o sujeito amplia sua categorização e o objeto se acomoda ao repertório do sujeito”, modificando tal repertório, num processo em que conceito e percepção “se engendram mutuamente” (ARRUDA, 2002, p. 137).

Contemporâneas da transição paradigmática dos anos de 1960, a teoria da representação social e a teorização feminista vêm inaugurar campos teóricos próprios, com convergências epistemológicas e metodológicas, conforme Arruda (2002). Assumem a crítica aos binarismos “natureza e cultura, razão e emoção, objetivo e subjetivo, pensamento e ação, ciência e senso comum” (p. 133); afirmam a importância das dimensões subjetiva/afetiva e cultural na construção do saber e na ação humana, inclusive na construção do conhecimento científico; propõem teorias relacionais, que articulam objeto e contexto/relações de poder, sujeito social e subjetividade, experiência e saber concreto; tomam seus objetos simultaneamente como processo e produto.

Sobre as diferenças entre as duas teorias, Arruda (2019) aponta a questão das relações de poder. A teoria das representações sociais visa entender como se dá a construção do mundo pelas pessoas comuns, inseridas em seus grupos sociais, sem hierarquizar as percepções singulares que movem as práticas sociais, na indissociabilidade de pensamento e ação. As teorias de gênero, nascidas das lutas feministas, analisam e questionam as relações de poder e hierarquias estabelecidas a partir de um sistema de significados que categoriza os sujeitos sociais, atribuindo-lhes uma identidade sexual e de gênero.

Considerando que ambas “oferecem um bom instrumental para a compreensão do ser humano na sua complexidade”, embora cada uma tenha sua especificidade – o feminismo é uma teoria da ação, enquanto a teoria da representação social é uma proposição analítica – Arruda (2002, p. 144) indaga: “por que, diante de tantas afinidades, a aproximação entre elas não é maior?” Essa questão inspira o mapeamento do diálogo entre as duas teorias no Brasil.

Objetivo e procedimentos

Visando dimensionar o interesse de pesquisadoras/es brasileiras/os, foram levantados os trabalhos que focalizam gênero como representação social, utilizando o referencial da teoria das representações sociais, recortando-se a área da educação. Para isso, realizou-se um mapeamento de trabalhos apresentados em eventos específicos de representações sociais que disponibilizaram seus anais na internet.

A Conferência Internacional de Representações Sociais, realizada em 1992, em Ravello, na Itália, foi o primeiro evento a reunir pesquisadores/as de vários países para discutir exclusivamente estudos voltados para o campo das representações sociais. Com edições bianuais, e atualmente na 14ª edição, duas já foram realizadas no Brasil: em 1994, no

Rio de Janeiro/RJ e em 2014, em São Paulo/SP. A nível internacional destaca-se ainda a Jornada Internacional de Representações Sociais, que teve sua 1ª edição realizada em Natal/RN em 1998 e que, a partir da 3ª edição, integrou a Conferência Brasileira de Representações Sociais. Atualmente na 11ª edição, realizou todos os eventos em cidades brasileiras.

No total, foram encontrados nove eventos de abrangência estadual, nacional e internacional, abarcando 51 edições. Entretanto, encontraram-se disponibilizados na internet os anais de 4 edições de eventos:

- *XII Conferência Internacional de Representações Sociais (CIRS) e IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Saúde, Educação e Representações Sociais – São Paulo, 2014* (Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2018/03/Anais_12CIRS.pdf. Acesso em 25 jun. 2020);
- *VI Simpósio Estadual de Representações Sociais e Educação e I Simpósio Internacional de Educação, Representações Sociais e Subjetividades (SIERS) – Salvador, 2016* (Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/337428746/Anais-do-VI-Simposio-Estadual-de-Representacoes-Sociais-e-Educacao-e-o-I-SIERS-Simposio-Internacional-de-Educacao-Representacoes-Sociais-e-Subjetiv>. Acesso em 30 jun. 2020);
- *X Jornada Internacional de Representações Sociais (JIRS) e VIII Conferência Brasileira sobre Representações Sociais – Belo Horizonte, 2017* (Disponível em: http://www.2017.jirs.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=41. Acesso em 29 ago. 2020);
- *XI Jornada Internacional de Representações Sociais (JIRS) e IX Conferência Brasileira sobre Representações Sociais – Porto Alegre, 2019* (Disponível em: https://www.2019.jirs.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=8. Acesso em 29 ago. 2020).

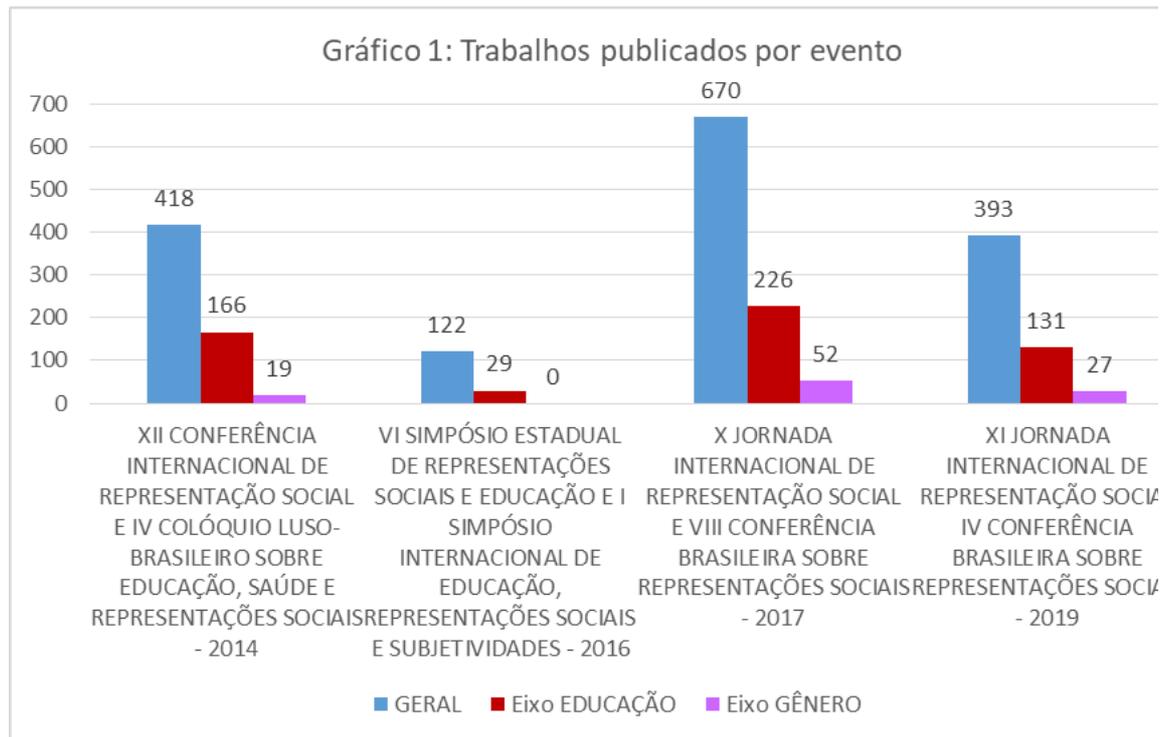
Os procedimentos metodológicos abrangeram quatro etapas. Inicialmente fez-se o levantamento dos eventos e da disponibilidade dos anais. A partir dessa seleção, realizou-se uma listagem dos trabalhos publicados nas quatro edições e, em seguida, uma busca pelos trabalhos que continham, em seus títulos e/ou palavras-chave, os descritores que envolvem as temáticas educação e gênero. Para o tema *educação* utilizaram-se os descritores: formação identitária; identidade profissional; identidade docente; docência/docente; representações docentes; pedagogia; ensino superior; formação de professores. Já para *gênero*, os termos buscados foram: gênero; sexualidade; mulher(es); homem(ns); feminino; masculino; diversidade sexual; identidade sexual; masculinidade e feminilidade. Na última etapa, os dados foram analisados cruzando as temáticas educação e gênero, observando a frequência de trabalhos.

Resultados e discussão

Após listar todos os trabalhos publicados por evento, a análise partiu do registro dos trabalhos publicados por eixo, com o olhar voltado aos que tratam dos temas de interesse: educação e gênero. Ressalta-se que o evento *VI Simpósio Estadual de Representações Sociais e I Simpósio Internacional de Educação, Representações Sociais e Subjetividades (SIERS)* não ofereceu nenhum eixo específico para abordar o tema gênero.

No Gráfico 1, observa-se uma grande diferença entre as publicações relacionadas aos temas educação e gênero. Em geral, o tema educação aparece entre as maiores participações nos eventos, com uma média de 32,75% trabalhos, enquanto o tema gênero mantém-se nas

médias mais baixas, com 6,6% de participação.



Como o objetivo deste estudo é contabilizar as publicações que abordam conjuntamente as temáticas educação e gênero, realizou-se o cruzamento de informações a partir dos trabalhos que possuem no título e/ou palavras-chave os descritores selecionados do tema educação que estivessem presentes nos eixos de gênero e vice-versa. Com base nessa intersecção, chegou-se a um total de 12 trabalhos (AZEVEDO, 2017; CARDOSO, SANTOS, ARAUJO, 2014; CHAGAS, CHAGAS, 2016; DUARTE, 2017; JUNIOR, 2017; MOREIRA, 2017; NANTES, CALSA, 2016; NASCIMENTO, ANDRADE, RIBEIRO, 2017; QUEIROZ NETO, 2014; REBELLO, 2017; ROCHA, 2017; SILVA, 2014), o que representa menos de 1% do total de 1603 trabalhos publicados nos quatro eventos.

Assim como são escassos os trabalhos envolvendo simultaneamente os temas gênero e educação nos eventos analisados, chama a atenção também a reduzida divulgação de trabalhos dos eventos de representações sociais em geral. Cabe lembrar a importância dos eventos científicos como um importante canal de comunicação, que, conforme aponta Lina Laura C.C. Melo (1996), traz “a rapidez da disseminação das ideias, assegurando a prioridade do descobrimento e o retorno com críticas e comentários imediatos”, o que proporciona um enriquecimento tanto para o/a pesquisador/a quanto para o campo de pesquisa.

Ao realizar a pesquisa pelos eventos de maior porte, de nível nacional e internacional, encontrou-se a maioria dos sites desativados. Lamenta-se que, de 51 edições realizadas ao longo de 18 anos, estejam disponíveis somente os anais de quatro edições. Além de invisibilizar o empenho de pesquisadoras/es que buscam, através de seus trabalhos, novos questionamentos e conhecimentos, esta falha na divulgação enfraquece também o movimento de propagação da teoria das representações sociais.

Conclusão

Mesmo que não se possa dimensionar o interesse de pesquisadoras/es brasileiras/os sobre a intersecção entre as teorias de gênero, das representações sociais e a educação, a escassez de trabalhos de representações sociais sobre a temática de gênero na educação nas quatro edições de eventos mapeadas convida à produção de pesquisas sobre representações de gênero na formação humana e, especialmente, na formação profissional docente.

A escola, como espaço de constituição de sujeitos, que outrora exercia uma ação distintiva e explícita de separação dos sujeitos (LOURO, 2014, p.61), hoje precisa garantir a inclusão de todos e combater os “múltiplos e discretos mecanismos” que ainda utiliza para imprimir sua “marca distintiva” sobre os corpos (LOURO, 2014, p.66). Faz-se necessária, então, uma melhor compreensão sobre o funcionamento desses mecanismos na relação pensamento-comunicação, daí a importância de estudos de gênero com base nas representações sociais.

Referências

- ARRUDA, Angela. Feminismo, gênero e representações sociais. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista brasileiro - formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 335-355
- ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, novembro/2002.
- AZEVEDO, Sandra Maria Gomes. Representações Sociais sobre a Ciência, o Cientista e as Relações de Gênero em uma Perspectiva Social e Educacional. Jornada Internacional de Representações Sociais, 10; Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 8. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2017. p. 171.
- CARDOSO, Geocivany Lima; SANTOS, Ana E. Sacramento dos; ARAUJO, Suêde M. Pereira. O papel da educação na transformação social: aplicando os conceitos de representação social. Conferência Internacional de Representações Sociais, 12; Colóquio Luso-Brasileiro sobre Saúde, Educação e Representações Sociais, 4. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014, p. 1693-1694.
- CHAGAS, E.A.N.; CHAGAS, P. O que é ser cientista? Um estudo de caso à luz das representações sociais. Simpósio Estadual de Representações Sociais e Educação, 6; Simpósio Internacional de Educação, Representações Sociais e Subjetividades, 1. **Anais eletrônicos**. Salvador, EDUNEB, 2016, p. 883-888.
- DUARTE, Francisco E. Barroso. Representações Sociais sobre diversidade sexual no currículo e na formação de estudantes de línguas. **Jornada Internacional de Representações Sociais**, 10; Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 8. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2017. p. 117-118.
- JUNIOR, João Raimundo S. Silva. As Representações Sociais de Professores do Campo sobre a Sexualidade. Jornada Internacional de Representações Sociais, 10; Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 8. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2017. p. 126-127.
- LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro:

Rocco, 1994. p. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**; uma perspectiva pós-estruturalista. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELO, Lina Laura C.C. Os anais de encontros científicos como fonte de informação: relato de pesquisa. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n.1, p. 53-68, 1996.

MOREIRA, Nicole de Mendonça, *et.al.* Representações sociais e homossexualidade: o que pensam os universitários de Direito, Psicologia e Pedagogia. **Jornada Internacional de Representações Sociais**, 10; Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 8. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2017. p. 214-215.

NANTES, Elaine da Silva; CALSA, Geiva Carolina. Representações de professores sobre sexualidade e Síndrome de Down: revisão da produção acadêmica (2006-2016). Simpósio Estadual de Representações Sociais e Educação, 6; Simpósio Internacional de Educação, Representações Sociais e Subjetividades, 1. **Anais eletrônicos**. Salvador, EDUNEB, 2016, p. 460-469.

NASCIMENTO, Mary Lucia S.; ANDRADE, Zaira de; RIBEIRO, Natália F. Alves. O gênero e a docência precisamos falar sobre essa questão: uma análise de representações sociais de gênero e sexualidade na formação docente. **Jornada Internacional de Representações Sociais**, 11; Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 9. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2017. p. 77-78.

QUEIROZ NETO, Venâncio F. Aprendizagem de técnicas artesanais – os sentidos dos processos educativos entre as artesãs. Conferência Internacional de Representações Sociais, 12; Colóquio Luso-Brasileiro sobre Saúde, Educação e Representações Sociais, 4. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014, p. 1440-1448.

REBELLO, Adriana Leite do Prado. Representações do masculino em materiais didáticos de Português para Estrangeiros. **Jornada Internacional de Representações Sociais**, 10; Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 8. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2017. p. 77-78.

ROCHA, Vanessa Lima Blaudt. A diversidade sexual permeada pela teoria das representações sociais: uma revisão narrativa. **Jornada Internacional de Representações Sociais**, 10; Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 8. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2017. p. 186-187.

SILVA, Ariane Franco Lopes da. Representações de gênero expressas nas falas de crianças, tendo o corpo como um elemento motivador/canalizador dessas representações. Conferência Internacional de Representações Sociais, 12; Colóquio Luso-Brasileiro sobre Saúde, Educação e Representações Sociais, 4. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014, p. 504-510.